

RELATÓRIO DAS DESIGUALDADES RAÇA GÊNERO CLASSE



Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>

gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Luiz Augusto Campos

Pesquisadoras/es Associadas/os

Anna Carolina Venturini

Bruno Salgado

Laís Müller

Marcell Machado

Marcelle Felix

Marcia Cândido

Poema Eurístenes

Raissa Rodrigues

Assistentes de pesquisa

Águida Bessa

Beatris Lima

Caroline Serôdio

Gizelle Castro

Luisa Calixto

Vivian Nascimento

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos

Marcia Cândido



Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe nº 2

Luiz Augusto Campos

Professor IESP-UERJ

Danilo França

Pesquisador Unicamp

João Feres Júnior

Professor IESP-UERJ

O objetivo do *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe nº 2* é tornar acessível ao grande público dados estatísticos relacionados a raça, gênero e classe no Brasil. Com base em resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, produzimos análises sobre distribuição da população, renda familiar, média de escolaridade, presença no ensino superior, taxa de desemprego, classe social, dentre outros, sempre em referência à variável raça e, em alguns casos, sua intersecção com gênero. As conclusões ressaltam as intensas desigualdades do país, sobretudo no que se refere à questão racial e ao grupo de mulheres pretas e pardas.

Introdução

O *Relatório das Desigualdades GEMAA Nº 2* pretende fornecer uma descrição geral e sintética das desigualdades raciais e de gênero no Brasil a partir de indicadores provenientes da mais recente *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNADC)*, realizada pelo IBGE em 2016. Trata-se de uma pesquisa amostral nacional que permite o acompanhamento das transformações das desigualdades em nosso país. Embora foque nos dados de 2016, este texto remeterá, sempre que possível, aos resultados apresentados no relatório anterior, referentes ao ano de 2015.

Metodologia

A PNADC é um *survey* nacional produzido pelo IBGE que passou a ser realizado a partir do ano de 2012. Seu intuito é substituir a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a PNAD Anual, sendo, portanto, uma agregação de ambas, com foco em temas relativos ao trabalho e à renda. Diferentemente da PNAD original, de frequência anual, a PNADC é realizada ao longo de todo o ano, com resultados divulgados trimestralmente.¹

Os dados analisados no presente relatório não são totalmente comparáveis aos dados da PNAD Anual apresentados no relatório anterior, uma vez que ambas as pesquisas possuem significativas diferenças no desenho das respectivas amostras e na definição de variáveis. Não obstante as diferenças metodológicas, as tendências captadas pelas duas pesquisas se aproximam, permitindo algumas analogias.

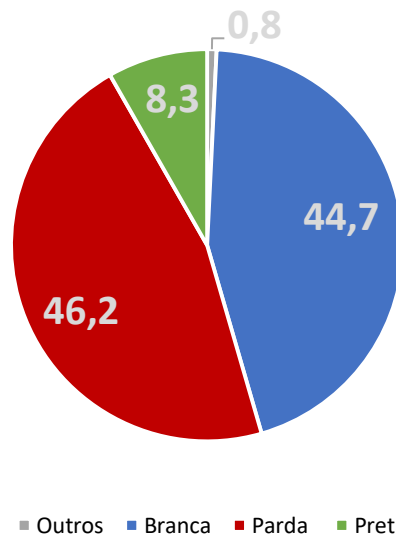
Mantendo os parâmetros do relatório anterior, as desigualdades de raça e gênero serão discutidas a partir de gráficos que exibem indicadores educacionais, de renda e trabalho da população adulta, isto é, indivíduos entre 18 e 64 anos. Consideraremos os grupos de raça-cor autodeclarados brancos, pretos e pardos, que compreendem 99,2% da população brasileira.

Resultados

O Gráfico 1 apresenta a distribuição de cor/raça no Brasil dentro das categorias censitárias definidas pelo IBGE (“brancos”, “pretos”, “pardos”, “amarelos” e “indígenas”). Para facilitar a visualização, juntamos na categoria “outros” todos os homens e mulheres autodeclarados “amarelos” e “indígenas”, que, somados, correspondem a 0,8% da população.

¹ A antiga PNAD Anual foi realizada até o ano de 2015, ou seja, entre 2012 e 2015, ambas as PNADs (Anual e Contínua) eram divulgadas pelo IBGE. A partir do ano de 2016, o IBGE interrompeu a realização da PNAD Anual e passou a divulgar apenas a PNAD Contínua.

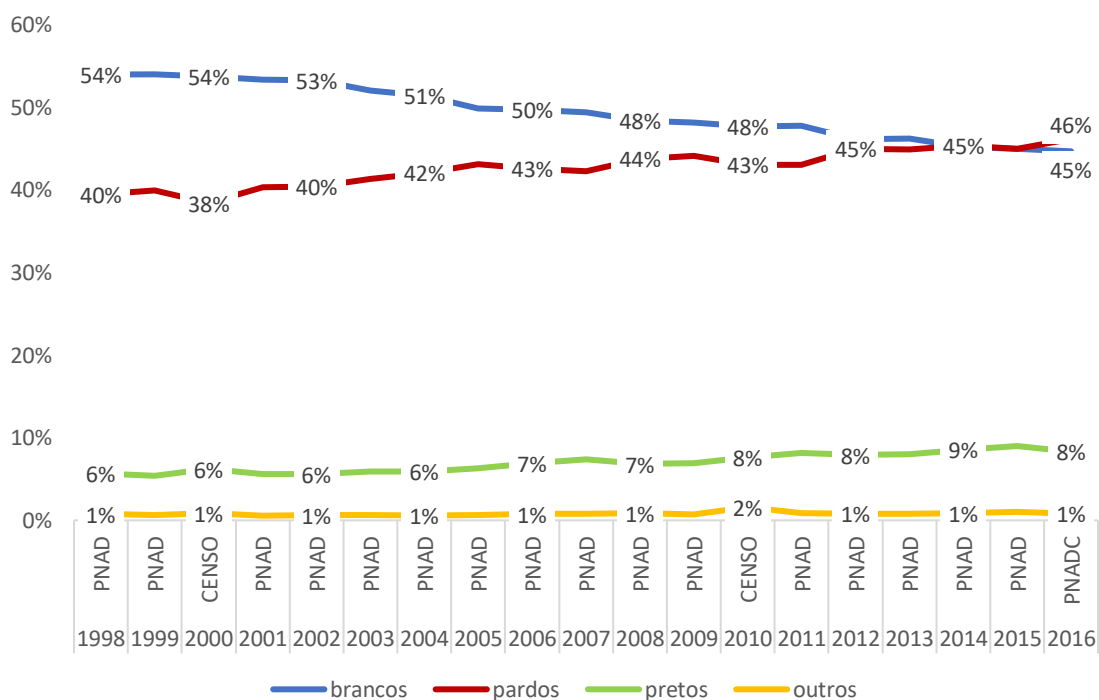
Gráfico 1 Percentual de grupos de cor de acordo com autodeclaração (2016)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Desde 2007, os autodeclarados “brancos” não são mais o grupo de cor/raça majoritário na população. Os dados recentes confirmam a tendência de queda da proporção desses indivíduos, que correspondiam a 44,7% da população em 2016. Os autodeclarados “pardos” representam a maior parcela da população brasileira, correspondendo a 46,2%, enquanto os autodeclarados “pretos” somam 8,3%.

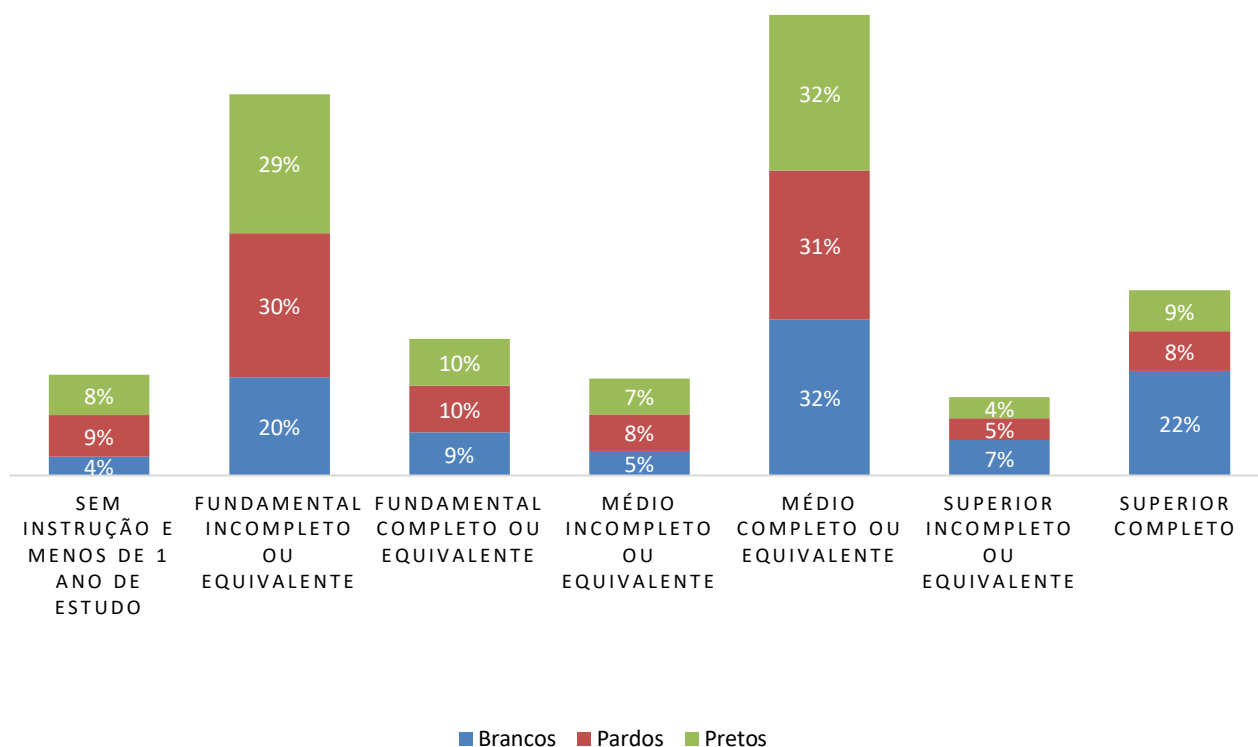
Gráfico 2 Distribuição por cor/raça no tempo entre 1998 e 2016



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 3 apresenta alguns dados sobre a desigualdade racial presente na trajetória escolar dos brasileiros. Autodeclarados “brancos” ainda predominam nos níveis de escolaridade mais altos, enquanto “pretos” e “pardos” se concentram nos mais baixos. Este predomínio condiz com resultados apresentados no relatório anterior, embora possamos verificar um crescimento da proporção dos formados no ensino superior em todos os três grupos raciais.

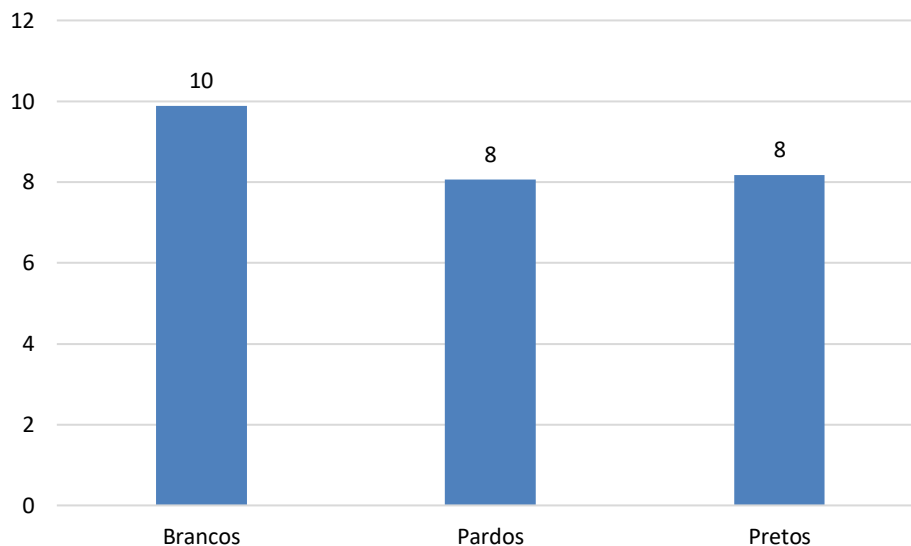
Gráfico 3 Distribuição racial por níveis de escolaridade (2016)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Uma característica que pode ser depreendida do Gráfico 3, e que é confirmada de forma mais explícita no Gráfico 4, é a similaridade dos indicadores educacionais de pretos e pardos. A média dos anos de estudos destes últimos está empatada nos 8 anos de escolarização e ainda abaixo da média dos brancos.

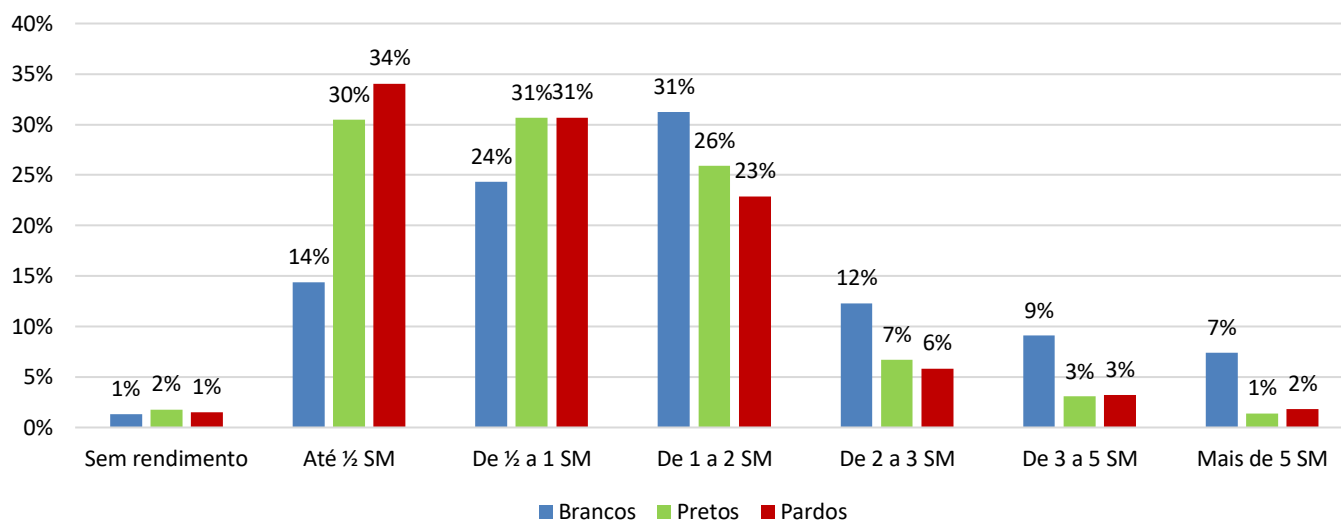
Gráfico 4 Média dos anos de escolaridade por raça/cor (2016)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição racial por faixas de renda. Novamente, os números são análogos àqueles das desigualdades educacionais: brancos sobrerrepresentados nos domicílios de renda mais alta e pretos e pardos naqueles de renda mais baixa. Impressiona a desproporção racial no topo da pirâmide de renda (famílias com renda acima de 5 salários mínimos *per capita*), bem como na base. Na comparação com os dados de 2015, parece ter havido uma pequena diminuição de pretos e pardos no topo e aumento destes na base, embora tal variação esteja dentro da margem de erro amostral.

Gráfico 5 Distribuição racial por faixas de renda domiciliar *per capita* (2016)

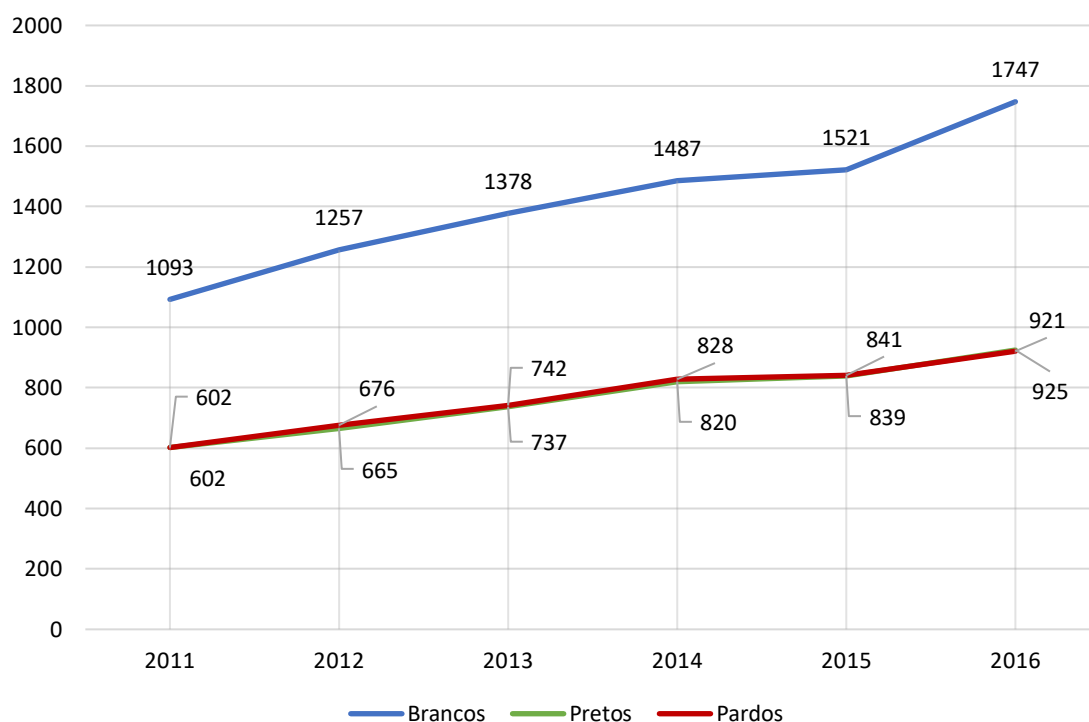


Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

A proximidade entre pretos e pardos, bem como a distância destes com relação aos brancos, é mais uma vez confirmada por meio da comparação das rendas domiciliares. Os brancos auferem em média quase o dobro da renda dos não brancos: 88,8% a mais que pretos e 89,7% a mais que os pardos.

Dadas as transformações nos rendimentos provocadas pela inflação, bem como pelas diferenças metodológicas das PNADs Anual e Contínua, não podemos realizar uma comparação direta com os dados de 2015. Ainda assim, as diferenças percentuais indicam que a renda média dos brancos era 80% maior que a dos pardos e 81% maior que a dos pretos. Ou seja, observamos um aprofundamento nas desigualdades raciais de renda, especialmente de 2015 para 2016, explicitado no Gráfico 6.

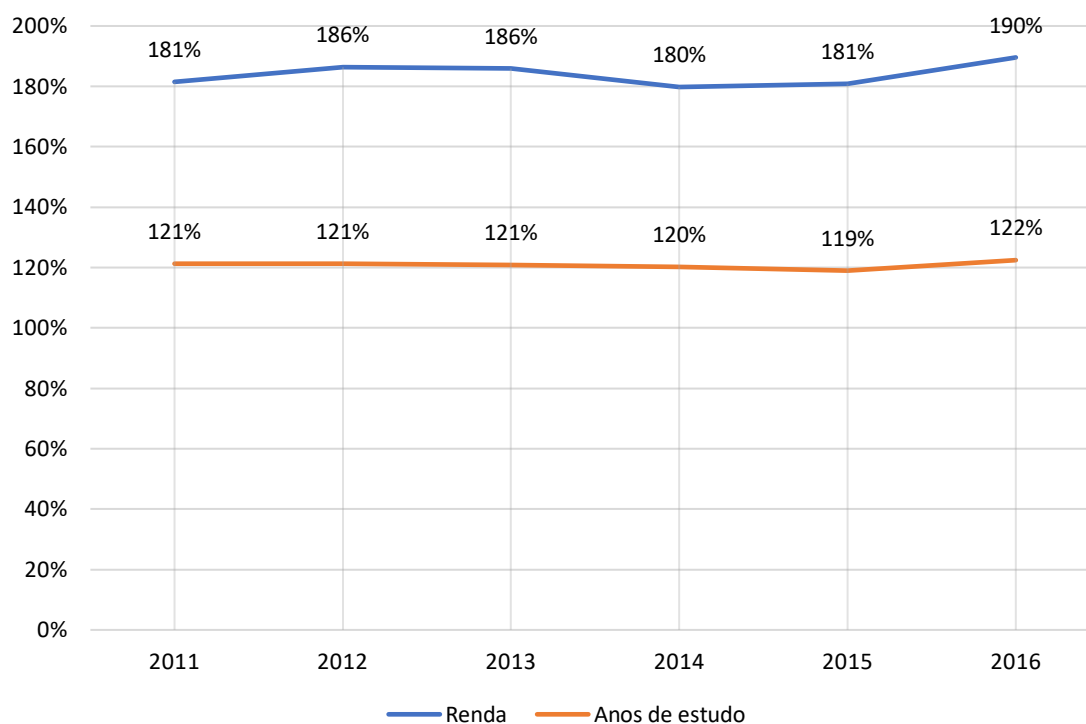
Gráfico 6 Média da renda domiciliar *per capita* por raça/cor entre 2011 e 2016 (em reais)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

A proximidade entre pretos e pardos nos indicadores educacionais e de renda nos permite agrupá-los num único grupo em algumas análises de indicadores socioeconômicos. Assim, o Gráfico 7 sumariza estes diferenciais e confirma o aumento da disparidade racial em renda e educação com relação ao ano de 2015. Deve ser ressaltada a forte estabilidade da desigualdade, na série analisada, com os diferenciais de renda sendo sempre maiores que os diferenciais educacionais. No ano de 2016, a desigualdade de renda entre brancos e não-brancos atingiu o maior valor da série histórica, com uma vantagem de 90% para os primeiros.

Gráfico 7 Razão entre a média de renda domiciliar *per capita* e a escolaridade de brancos e não brancos no Brasil entre 2011 e 2016 (%)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Uma avaliação mais acurada da distribuição de brancos, pretos e pardos nas diferentes posições sociais pode ser realizada observando-se a distribuição destes grupos em categorias ocupacionais. Estas são importantes referências nos estudos de estratificação social, pois somam pré-requisitos de qualificação educacional, hierarquias de status social e expectativas de rendimento e recompensas materiais e simbólicas. Neste relatório, lançaremos mão do esquema de categorias ocupacionais proposto por Erikson, Goldthorpe e

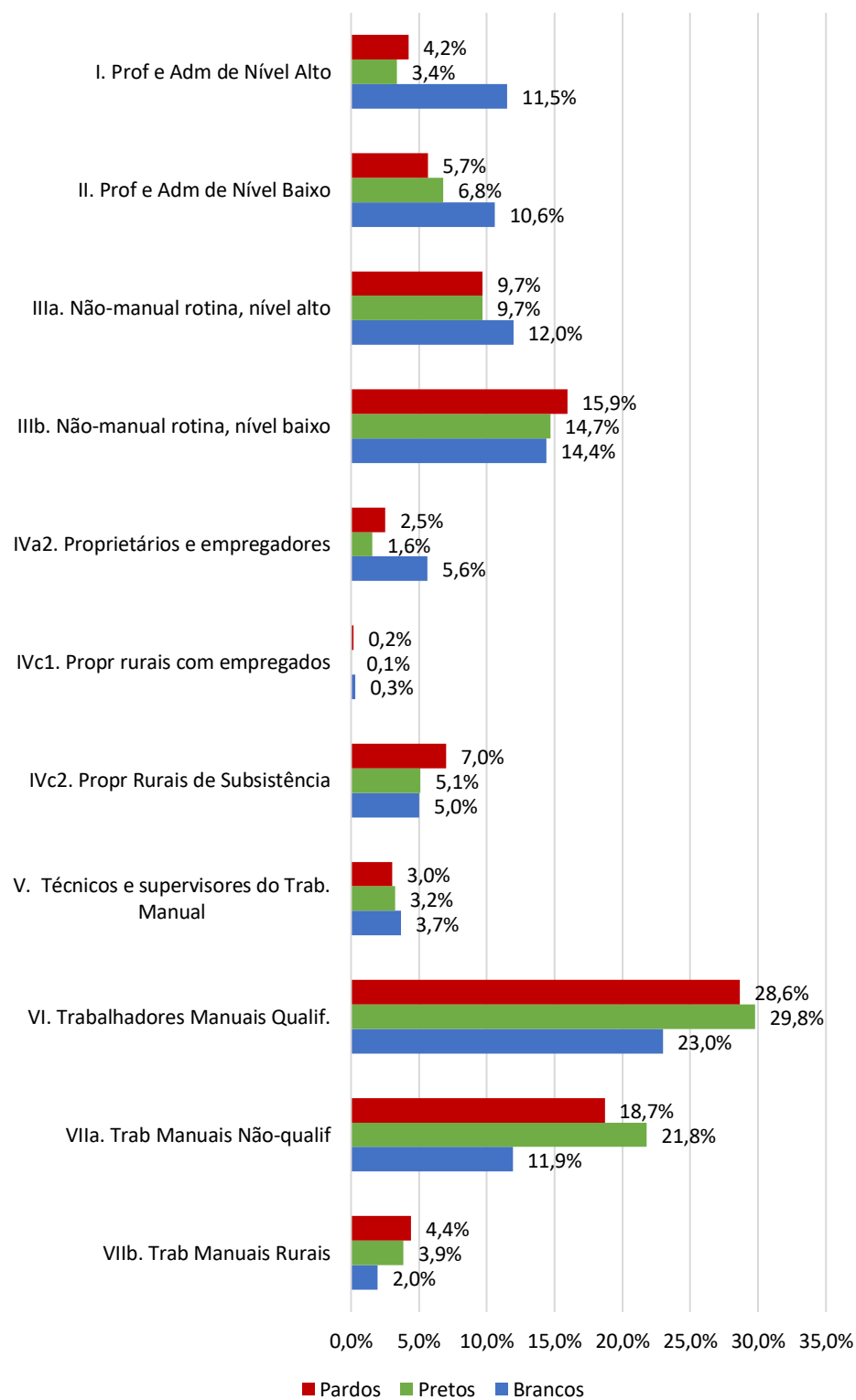
Portocarrero², chamado doravante de “esquema EGP”, adaptado aos dados nacionais de forma análoga ao que foi realizado por Barbosa e Marschner³.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição de brancos, pretos e pardos na população ocupada brasileira em onze categorias ocupacionais do esquema EGP adaptado. Os brancos estão mais representados em categorias com maiores requisitos de qualificação e/ou maiores recompensas materiais e simbólicas, como as de Profissionais e Administradores, Proprietários e Empregadores. Pretos e pardos estão sobrerrepresentados em categorias de menor renda e qualificação como as de trabalhadores manuais. Os três grupos de raça/cor têm participação quase igual em categorias intermediárias como as de trabalhadores não-manuais de rotina e técnicos e supervisores do trabalho manual.

² ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John; PORTOCARERO, Lucienne. Intergenerational class mobility in three Western European societies. *British Journal of Sociology*, v. 30, n. 4, p. 415-439, 1979. Ver também: CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 673-703, dez. 2015.

³ BARBOSA, Rogério; MARSCHNER, Murillo. "Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADs (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI)". Working paper. Mimeo. 2013.

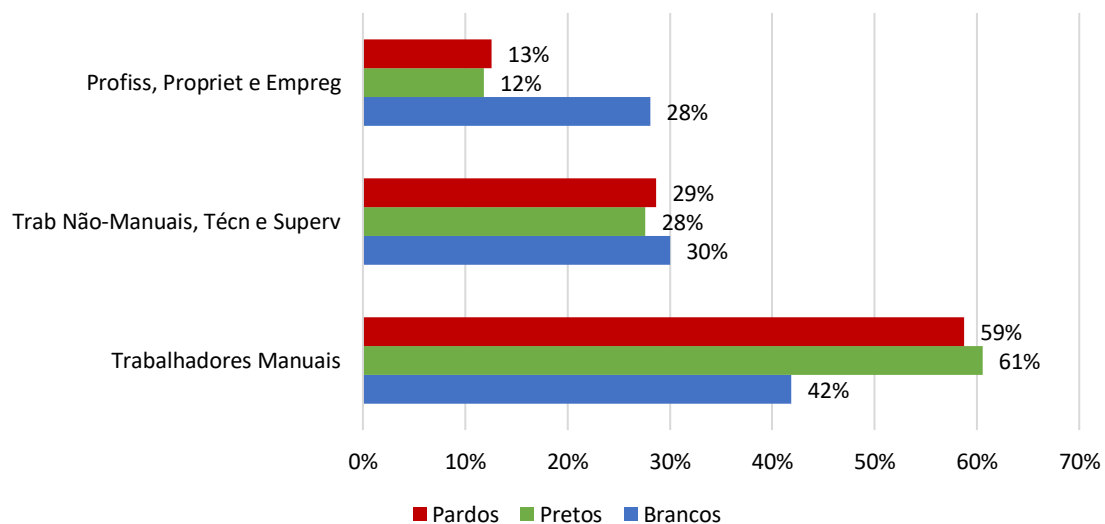
Gráfico 8 Distribuição racial por categorias socio-ocupacionais EGP em 2016



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 9 sintetiza as onze categorias em três grandes grupos hierarquizados: o primeiro deles, representando classes sociais mais altas, agrega as categorias de profissionais e administradores (de alto e baixo nível) e de proprietários e empregadores (rurais ou não); o segundo, representando classes intermediárias, é composto pelas categorias de trabalhadores não-manuais (de alto e baixo nível) e de técnicos e supervisores; no terceiro grupo, das classes mais baixas, estão os trabalhadores manuais. Os resultados explicitam a tamanha desproporção da representatividade de brancos nas classes mais altas e de não brancos nas classes mais baixas.

Gráfico 9 Distribuição racial por agregados de categorias ocupacionais no Brasil (2016)

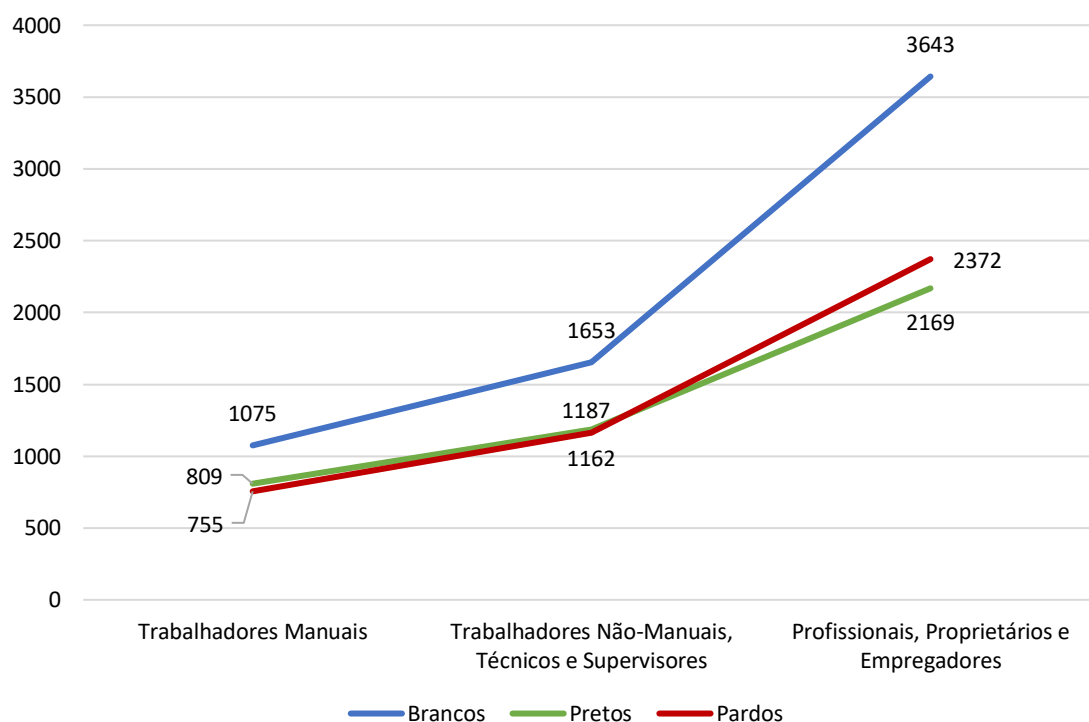


Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Em tese, cada ocupação se caracterizaria por um nível de rendimento médio comum entre os indivíduos que a praticam. No entanto, é possível observar significativas desigualdades raciais de renda internas às categorias ocupacionais. Estes resultados são apresentados no Gráfico 10. Comparando os rendimentos domiciliares médios de brancos, pretos e pardos em cada um dos três agregados de categorias ocupacionais, nota-se que a recompensa em renda dos brancos é sempre mais alta que a dos pretos e pardos. A distância entre brancos e não

brancos aumenta paulatinamente à medida em que nos aproximamos das classes mais altas. Além disso, o gráfico evidencia que, apesar de terem rendimento médio muito semelhante nas classes baixas e intermediárias, há uma maior distinção entre pretos e pardos nas classes altas, com vantagem para estes últimos.

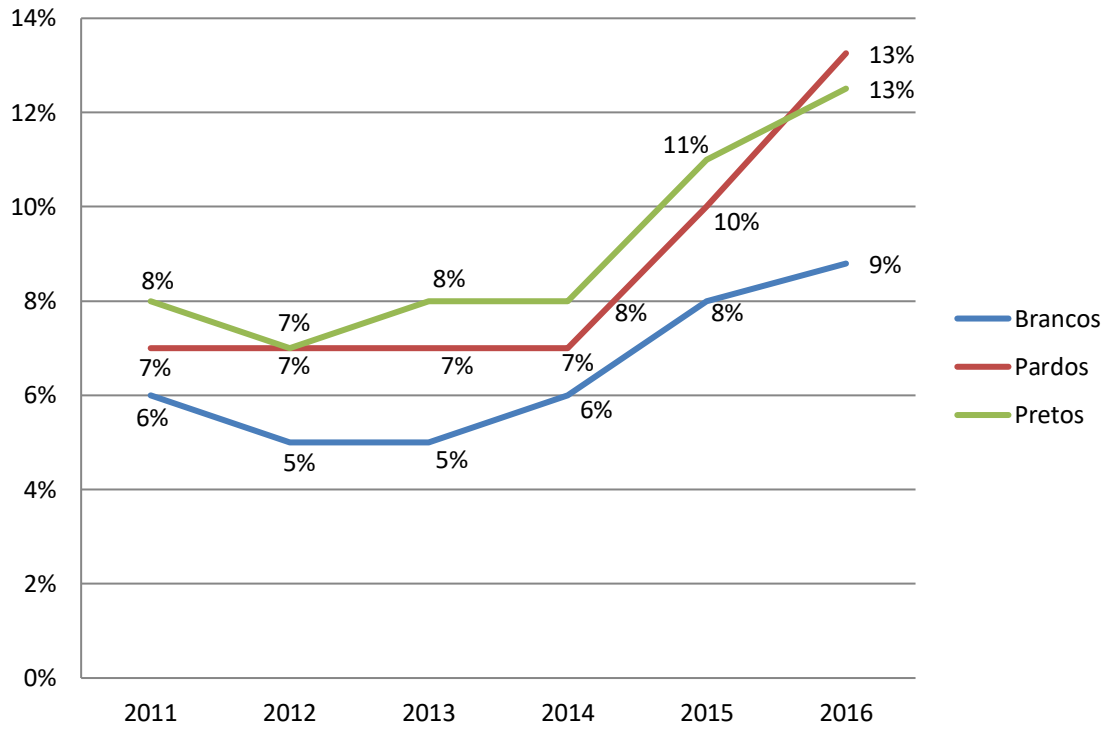
Gráfico 10 Média da renda domiciliar *per capita* por raça/cor e classe social em 2016 (reais)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

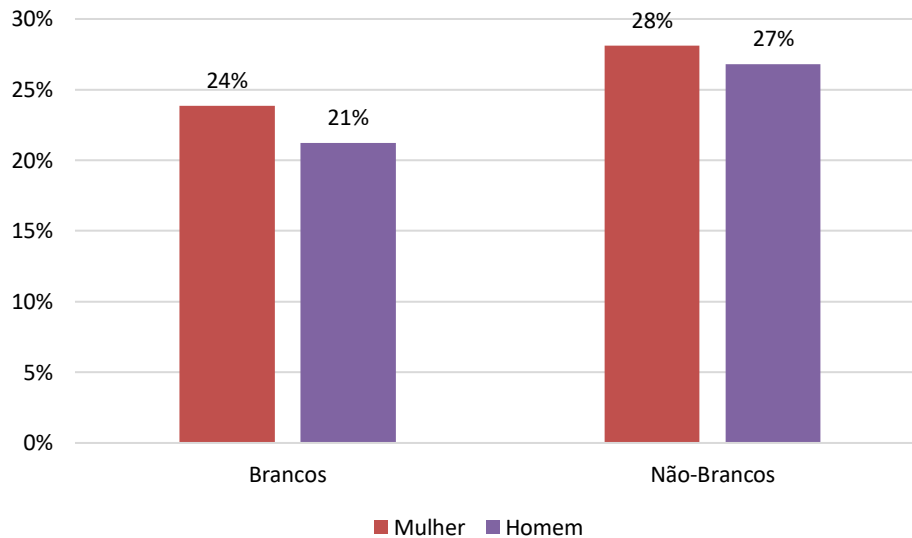
O Gráfico 11 apresenta a taxa de desemprego de brancos, pretos e pardos entre 2011 e 2016. Mais uma vez, os dois grupos não brancos apresentam indicadores muito próximos (13%) e piores que o dos brancos, grupo que possuía 9% de desempregados em 2016. Convém apontar que estes indicadores de desemprego são os maiores da série para os três grupos, mas principalmente para pretos e pardos, o que nos sugere que os não brancos são particularmente afetados por oscilações e crises econômicas, como a que ocorria no país em 2016.

Gráfico 11 Taxa de desemprego por raça/cor entre 2011 e 2016 (%)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

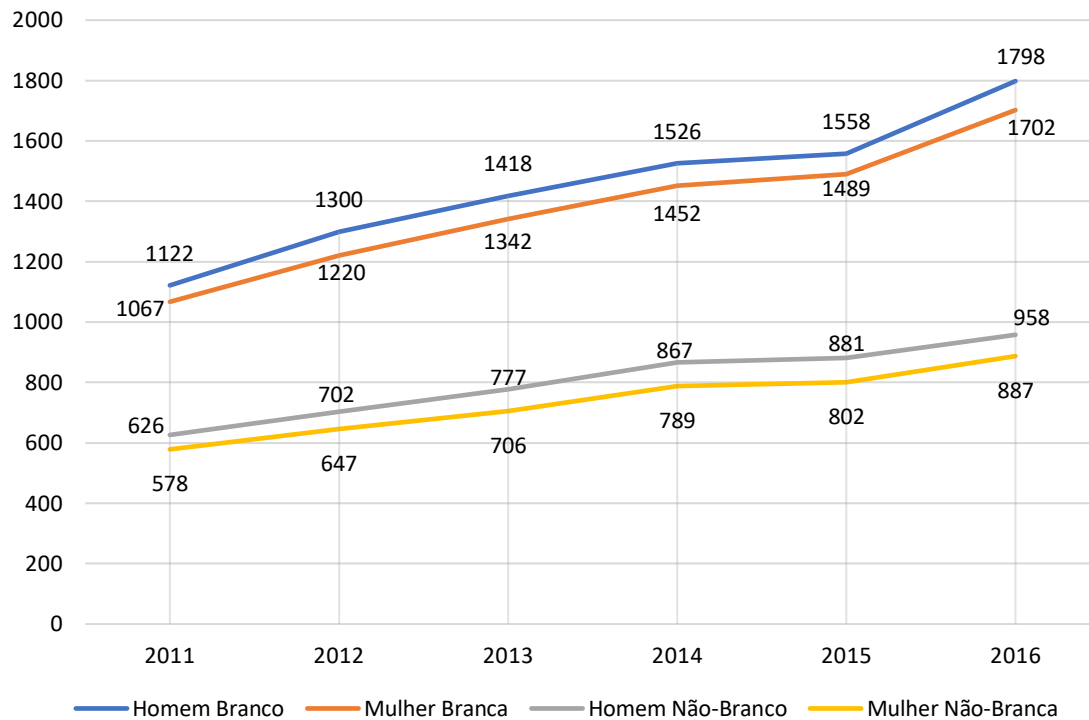
Gráfico 12 Distribuição da população de acordo com raça/cor e gênero (2016)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 12, que contém a distribuição da população segundo raça e gênero, inicia uma sequência de análises das desigualdades por raça e gênero. O gráfico apresenta uma clara demonstração de que os não brancos conformam a maioria da população brasileira. As mulheres não brancas correspondem à maior parcela (28%) da população, seguidas pelos homens não brancos (27%), mulheres brancas (24%) e, finalmente, homens brancos (21%). Os resultados expostos mais adiante mostrarão que estes últimos, minoritários, apresentam os melhores indicadores socioeconômicos.

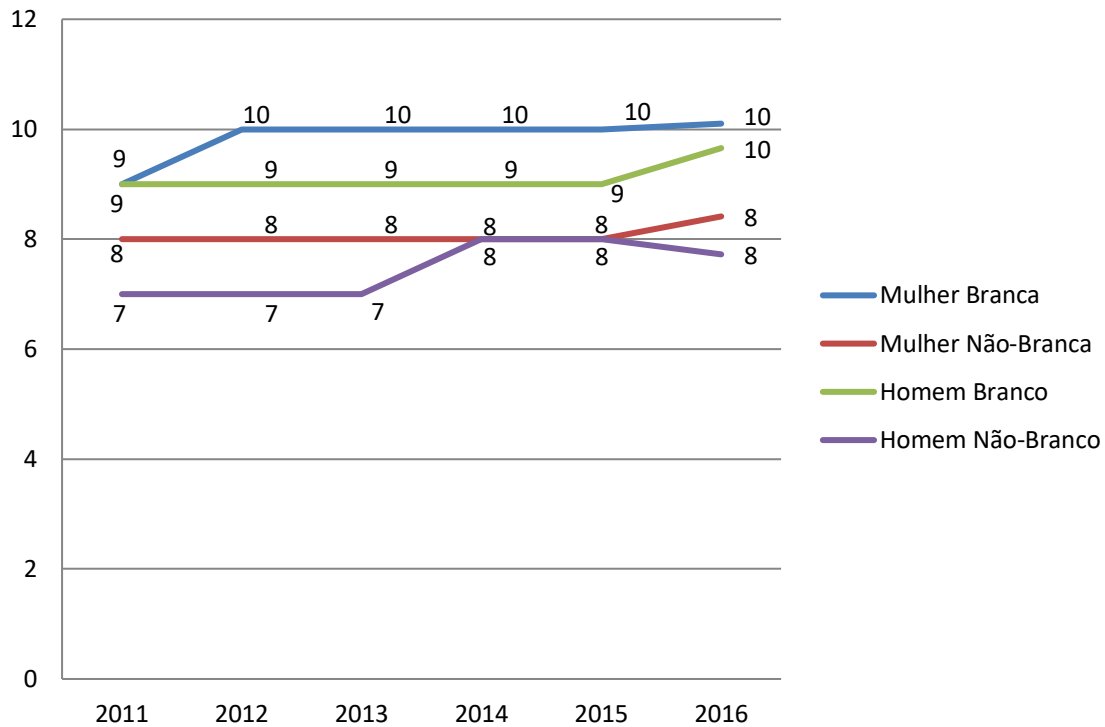
Gráfico 13 Média da renda domiciliar *per capita* por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2016 (em reais)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 13 compara as médias das rendas domiciliares *per capita* dos quatro grupos de raça e gênero desde 2011 até 2016. Os resultados revelam a enorme vantagem dos homens brancos, cuja renda é maior que o dobro da renda das mulheres não brancas, bem como um abismo racial no qual os brancos (homens e mulheres) são mais favorecidos do que homens e mulheres não brancos. Há também evidentes vantagens dos homens no interior de cada grupo racial. Contudo, se, em vez de observarmos as rendas domiciliares, compararmos as rendas individuais (auferidas no mercado de trabalho ou outras fontes de rendimentos), as desigualdades de gênero se tornam mais acentuadas, embora ainda menores do que as desigualdades raciais.

Gráfico 14 Média dos anos de escolaridade por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2016



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 14 compara os anos de estudo dos quatro grupos de raça e gênero. Mais uma vez, percebe-se um padrão de desigualdades raciais homólogo ao observado desde o início deste texto: brancos (homens e mulheres) têm, em média, cerca de 10 anos de estudo enquanto que a média dos homens e mulheres não brancos é de cerca de 8 anos. Entretanto, os dados deste gráfico apontam uma perversa especificidade no que tange os diferenciais de gênero: no interior de cada grupo racial, as mulheres apresentam uma média de anos de estudo superior àquela dos homens. Este resultado nos sugere não apenas uma maior escolarização das mulheres, mas, também, e principalmente, que o acúmulo de credenciais educacionais por parte da população feminina não se converte em maiores ganhos de rendimentos tal qual ocorre entre os homens, em especial, os homens brancos.

Considerações Finais

O presente texto apresentou um panorama geral das desigualdades raciais e de gênero no âmbito da educação, trabalho e renda. Em todas as mensurações, observamos significativas vantagens dos brancos com relação aos não brancos, haja vista que os resultados de pretos e pardos são muito semelhantes. As disparidades aqui expostas mostram, em grande medida, uma certa melhora das desigualdades de classe e de gênero, mas uma pequena piora das desigualdades entre os grupos raciais.

As distâncias maiores foram observadas na mensuração da média de renda domiciliar, na qual os homens brancos são especialmente favorecidos, seja em comparação com homens e mulheres não brancas (que obtêm cerca da metade da renda deles), seja em comparação às mulheres brancas (que possuem maior média de anos de escolaridade e, ainda assim, recebem menos do que eles). No extremo oposto, as mulheres não brancas possuem a menor renda média dos quatro grupos de raça e gênero considerados, mesmo possuindo escolaridade maior que a dos homens não brancos.

É difícil determinar em que medida tais números representam tendências consolidadas, sobretudo pelos problemas de comparação da PNAD Contínua e os dados anteriores. Isso mostra, contudo, a importância de permanecer monitorando a evolução de tais desigualdades nos anos que se seguem. Só assim poderemos avaliar melhor os efeitos de alguns recentes retrocessos sociais e econômicos nas populações mais desfavorecidas.

Como citar

CAMPOS, Luiz; FRANÇA, Danilo & FERES JÚNIOR, João. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA), n. 2, 2018, pp. 1-18.